

# Narrativa Estratégica Russa, Espaço Pós-Soviético e Ucrânia: Retorno ao Passado?

Maria Raquel Freire

*Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.*

## Resumo

Este artigo usa o conceito de “narrativa estratégica” para analisar o processo de construção da narrativa russa em relação ao espaço pós-soviético, com especial enfoque no caso da Ucrânia. Para este efeito, serão analisados os principais documentos de política externa, segurança e doutrinas militares, declarações oficiais dos principais responsáveis pelo desenho e implementação da política externa do Kremlin, bem como fontes secundárias relevantes. A narrativa estratégica russa inclui três dimensões inter-relacionadas, que combinam elementos materiais e ideacionais, nomeadamente reconhecimento, inclusão/exclusão e policentrismo (Miskimmon e O’Loughlin, 2017, pp. 115-118), e que serão centrais a esta análise. O artigo conclui que o processo de construção da narrativa estratégica russa em relação ao espaço pós-soviético consolida esta área como parte da segurança nacional russa, entendida de uma perspectiva

de segurança ontológica, onde a Ucrânia é um elemento central e as ingerências ocidentais são consideradas ameaça existencial. O exercício de retorno a uma narrativa de confrontação, na identificação do “outro” como o “inimigo”, nas referências às divisões que marcaram a Guerra Fria, e nas “linhas vermelhas” que firmam a dissensão, em particular após os acontecimentos de 2014, é informado por narrativas estratégicas, que de forma consistente procuram justificar e legitimar a invasão russa da Ucrânia.

**Palavras-chave:** Narrativa Estratégica; Identidade; Rússia; Ucrânia; Ocidente.

**Abstract**

***Russian Strategic Narrative, Post-Soviet Space and Ukraine: Return to the Past?***

*This article uses the concept of “strategic narrative” to analyze the process of construction of the Russian narrative in relation to the post-Soviet space, with a special focus on the case of Ukraine. For this purpose, the main foreign policy documents, security and military doctrines, and leaders’ official statements are analyzed, as well as relevant secondary sources. The Russian strategic narrative includes three interrelated dimensions, which combine material and ideational elements, namely recognition, inclusion/exclusion and polycentrism (Miskimmon and O’Loughlin, 2017, pp. 115-118), which will be central to the analysis developed in this article. It is here argued that the process of building the Russian strategic narrative in relation to the post-Soviet space consolidates this area as part of Russian national security,*

*understood from an ontological security perspective, where Ukraine is a central element and western interference is considered an existential threat. The exercise of returning to a narrative of confrontation, in the identification of the “other” as the “enemy”, in the references to the divisions that marked the Cold War, and in the “red lines” that affirm dissent, particularly after the events of 2014, is informed by strategic narratives, which consistently seek to justify and legitimize the Russian invasion of Ukraine.*

**Keywords:** *Strategic Narrative; Identity; Russia; Ukraine; West.*

Artigo recebido: 20.06.2022

Aprovado: 16.07.2022

<https://doi.org/10.47906/ND2022.162.02>

## Introdução

No contexto da desagregação da União Soviética, que implicou 15 novos Estados independentes, incluindo a Rússia, donde os três Estados do Báltico – Estónia, Letónia e Lituânia – optaram por uma aproximação ao Ocidente, a Rússia assumiu um lugar de primazia na nova configuração do espaço pós-soviético. Herdou o lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, capacidade nuclear, incluindo através da assinatura do Memorando de Budapeste em 1994 (Memorandum, 1994), continuou a manter o estatuto de país número um em área territorial, embora perdendo 23,8% de território, mas sofreu profundamente neste processo, principalmente com o recuo demográfico (48,5%), económico, com perdas de 39,4% no produto interno bruto, e 44,6% de perda de capacidade militar, de acordo com fontes russas (Putin, 2018), com o necessário reajuste político e social, e a quebra no estatuto de superpotência. Neste processo de readaptação a um contexto profundamente modificado, a construção identitária e o objetivo de recuperação e reconhecimento de estatuto como grande potência no sistema internacional vão tornar-se fundamentais. De facto, vão acompanhar o desenvolvimento da política externa russa, com particular consolidação desde que Vladimir Putin chega ao poder em 2000.

A questão das dinâmicas de integração regional assumiu também contornos importantes, com a Rússia a procurar liderar os arranjos multilaterais no espaço pós-soviético. A criação da Comunidade de Estados Independentes (CEI) em dezembro de 1991, no contexto de desagregação da União Soviética, foi decidida numa reunião entre os líderes da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia. Este acordo entre os três líderes eslavos marca um momento importante no reconhecimento dos novos Estados independentes neste espaço, criando uma nova entidade que sucede à União Soviética. A CEI foi concebida com uma agenda alargada, reunindo então as 12 novas repúblicas independentes, à exceção dos Estados do Báltico<sup>1</sup>. Esta organização nunca replicou a União Soviética, sendo entendida como um grupo com capacidade limitada além do espaço de diálogo regular que permite entre os Estados-membros. No entanto, foi sempre entendida em Moscovo como uma entidade aglutinadora neste espaço, especialmente nas duas primeiras décadas após o final da União Soviética, como evidenciado nos documentos de referência russos.

Outros arranjos regionais neste espaço foram sendo desenhados, como a União Económica Euroasiática – em vigor desde 2015 –, que resulta de um processo em

---

1 A agenda da CEI incluía questões políticas, económicas, visando o estabelecimento de uma área de comércio livre, relações externas, ambiente, questões culturais, entre outros. Após a guerra na Geórgia esta retira-se da Comunidade em 2008, e após 2014 a Ucrânia também o faz. O Turquemenistão é um Estado associado.

três fases, iniciado com a criação de uma União Aduaneira (2010) e depois de um Espaço Económico Único (2012) (Roberts e Moshes, 2016, p. 543), envolvendo a Rússia, Cazaquistão, Bielorrússia, Arménia e Tajiquistão, e a Organização do Tratado de Segurança Coletiva, envolvendo a Rússia, Arménia, Cazaquistão, Bielorrússia, Quirguistão e Tajiquistão. Estas assumiram um papel mais relevante em termos de políticas económicas e em matéria de segurança e defesa, respetivamente, e aqui encontramos os principais aliados da Rússia no espaço pós-soviético. Estas configurações institucionais são demonstrativas da heterogeneidade existente nesta área alargada, como visível nos Estados-parte, e nos percursos políticos distintos que diferentes Estados neste espaço têm prosseguido, ora em lógicas mais próximas ora mais distantes de Moscovo. Isto significa que a Rússia não tem poder ilimitado no espaço pós-soviético, com alguns destes Estados a prosseguirem políticas bastante independentes da sua vontade, como a Geórgia e a Ucrânia acabaram por demonstrar de forma mais vencedora. Por outro lado, significa ainda que a Rússia não conseguiu desenvolver capacidade de atração neste espaço, no sentido de consolidar a CEI e a sua presença como polo aglutinador de vontades e opções políticas. Temos claramente assistido a uma postura mais assertiva da Rússia, evitando o que entende como desenvolvimentos desfavoráveis e recorrendo mesmo a políticas coercivas de modo a assegurar os seus interesses e evitar ingerências externas que considera como ameaçadoras (NSS, 2021). Isto é revelado na disponibilidade para o uso da força na promoção dos seus objetivos, como evidenciado com a guerra na Ucrânia, e visível noutros contextos como a Geórgia ou a Síria.

A visão que foi sendo construída na Rússia em relação ao espaço pós-soviético tem sido muito consistente ao longo do tempo. Este foi sempre definido como espaço vital, de importância estratégica, em todos os documentos fundamentais, nos conceitos de política externa e nas estratégias de segurança. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em particular o seu alargamento, é referido desde cedo, também nas doutrinas militares, como ameaça externa à segurança da Rússia. Apesar de mecanismos como o Conselho OTAN-Rússia estabelecido em 2002 – sucedendo ao Conselho Conjunto Permanente de 1997 – nunca foi possível criar verdadeira confiança entre a Rússia e a Aliança Atlântica. E argumentos como os de proteção de cidadãos russos fora do seu território, e de não ingerência no espaço pós-soviético têm estado sempre presentes na narrativa, salientando o discurso soberanista que acompanha o desenvolvimento da política externa russa. A questão das “linhas vermelhas”, a sinalizarem que as ações ocidentais cruzaram linhas consideradas fundamentais para a segurança nacional russa, e justificando por isso uma resposta militarizada ao que é entendido como uma ameaça à existência do Estado, surgiu de forma vencedora no discurso oficial russo.

A acompanhar esta postura mais assertiva de Moscovo temos referências ao espaço pós-soviético como fundamental na definição identitária russa. Por exemplo, em

2005 o Presidente russo Vladimir Putin referia que o “fim da União Soviética foi a maior catástrofe geopolítica do século XX. Para o povo russo, isto constituiu um verdadeiro drama” (Putin, 2005). Contudo, Putin afirmou também mais recentemente que na Rússia se diz que quem não lamenta o colapso da União Soviética não tem coração, e aqueles que lamentam não têm cérebro. Acrescentando que é preciso olhar em frente, não para trás, não permitindo que o passado impeça a Rússia de seguir em frente (Putin, 2020). Os princípios e ideais que norteavam a Rússia soviética e imperial foram perdidos, e a necessidade de restaurar o estatuto e glória passados torna-se premente. Numa entrevista em 2018, quando perguntaram que evento na história do país gostaria de ter mudado, Putin referiu-se exatamente ao colapso da URSS (Reuters, 2018). E em dezembro passado (Putin, 2022c), Putin referia-se ao fim “da Rússia histórica”, e à crise econômica profunda que se seguiu, como um passo atrás na história da Rússia. Contudo, a recriação de uma União Soviética 2.0 numa lógica territorial, em contexto de ofensiva russa na Ucrânia e mesmo de ameaças a outros Estados no espaço pós-soviético, como a Moldova, não parece viável. O objetivo de travar a perda de influência é evidente, e o prosseguimento de uma estratégia híbrida de consolidação de poder está em curso, com um aumento evidente de ataques cibernéticos, uso de propaganda, ou recurso a coerção, como dependência energética e econômica. Apesar destes métodos não constituírem novidade, tornaram-se mais assertivos, em particular após os acontecimentos de 2014, e foram cimentados com a invasão russa da Ucrânia.

A narrativa que contextualiza as leituras e visões do espaço pós-soviético não deve ser desligada dos entendimentos sobre a segurança europeia. Desde o final da Guerra Fria, a Rússia vem sublinhando a ideia de permanência da OTAN, quando o Pacto de Varsóvia foi dissolvido em julho de 1991, que se vai alargando através da inclusão de novos membros e aproximando das fronteiras russas, entendendo este processo como uma ameaça externa fundamental à sua segurança. A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) é entendida como limitada na sua capacidade de atuação, e que a Rússia vem limitando crescentemente na sua capacidade de decisão (por unanimidade) com base em justificações de que os seus interesses não são devidamente acolhidos (Kropatcheva, 2012). A União Europeia (UE) alarga também o seu espaço, contando nos dias de hoje com 27 Estados-membros e com uma fronteira externa mais próxima do território da Federação Russa, que adensa a narrativa russa de exclusão das questões de segurança europeia. Dinâmicas como a Política Europeia de Vizinhança (PEV), e particularmente a Parceria a Leste, estabelecida em 2009, contribuem na perspectiva russa para esta percepção de maior envolvimento da UE num espaço que a Rússia continua a definir como prioritário na sua política externa. A designação de “vizinhança partilhada” nunca bem acolhida pela Rússia, continua a sublinhar o que esta entende ser um estatuto privilegiado que detém no espaço da antiga União Soviética.

A ideia de criar um anel de amigos em torno das fronteiras da UE, que no fundo é a ideia subjacente à PEV, é espelhada pela mesma lógica do lado da Rússia – manter um anel de amigos em torno das suas fronteiras. A incompatibilidade dos dois projetos torna-se evidente na questão da Ucrânia (Freire, 2020 e 2018; Averre, 2009; Sakwa, 2012). As críticas de ingerência ocidental, de promoção de “revoluções coloridas” com vista à alteração dos regimes políticos neste espaço, e o traçar de linhas vermelhas, como tem sido anunciado, não são novidade. A Rússia entende estas ações como tentativas de minar a sua influência no espaço pós-soviético e de promoção de instabilidade que considera uma ameaça à sua segurança nacional. A Rússia quer ser reconhecida no seu estatuto de grande potência, e assumir responsabilidades nas questões de segurança europeia, o que remete para uma narrativa sistémica, de ordenamento internacional da segurança, que inclui claramente a promoção de uma ordem internacional multipolar, onde a Rússia seja reconhecida a par de outros grandes Estados, em particular os EUA.

Além do mais, as interpretações de inclusão/exclusão da ordem de segurança europeia que têm sublinhado a postura russa apontam neste mesmo sentido de identificação de um “Ocidente-outro”. As demonstrações de força russas, como na Geórgia em 2008, na Ucrânia desde 2014 e agora com a invasão territorial em curso, são parte desta estratégia de afirmação enquanto grande potência, de demarcação de áreas preferenciais de atuação e de cristalização de esferas de influência, com o espaço pós-soviético a assumir centralidade na narrativa estratégica russa. A Ucrânia surge assim como um objetivo em si, parte deste alinhamento político russo, e também como um meio para a Rússia se afirmar no sistema internacional.

Deste modo, este artigo inspira-se nas linhas analíticas associadas ao conceito de “narrativa estratégica” como concetualizado por Miskimmon e O’Loughlin (2017)<sup>2</sup> para estudar o processo de construção da narrativa russa em relação ao espaço pós-soviético, com especial enfoque no caso da Ucrânia. Para este efeito, serão analisados os principais documentos de política externa, segurança e doutrinas militares, bem como declarações oficiais dos principais responsáveis pelo desenho e implementação da política externa do Kremlin, bem como fontes secundárias relevantes. A narrativa estratégica russa inclui três dimensões inter-relacionadas, que combinam elementos materiais e ideacionais, nomeadamente reconhecimento, inclusão/exclusão e policentrismo (Miskimmon e O’Loughlin, 2017, pp. 115-118), como identificado, e que serão centrais a esta análise. O artigo faz uma concetuali-

---

2 Neste trabalho seguimos a proposta analítica destes autores relativamente à identificação de narrativas estratégicas com três dimensões inter-relacionadas, identitária, sistémica e temática, não direcionando, contudo, a análise para as questões mais específicas dos estudos de comunicação política.

zação inicial do conceito de narrativa estratégica, e analisa depois de que modo esta tem evoluído na política externa russa, com especial enfoque na Ucrânia.

### **Narrativas Estratégicas: “Ordenar o Caos”**

A construção de narrativas permite dar significado no tempo e no espaço a um conjunto de objetivos contextualizados estrategicamente, de modo a que a aceitação de determinadas opções políticas esteja devidamente informada. “As narrativas são mais importantes do que nunca para ordenar o caos” (Roselle *et al.*, 2014: 74), dando sentido e significado à realidade, mesmo quando diferentes narrativas colidam na sua (re)significação e (re)interpretação. A colisão nas narrativas estratégicas do Ocidente e da Rússia torna-se aqui evidente, sublinhando a importância destas nas estratégias de legitimação de determinadas opções e ações.

Narrativa estratégica pressupõe a leitura de uma questão e da sua resolução normativa, construída geralmente pela elite política, e que usa em grande medida os media como promotores dos objetivos definidos e como forma de expandir a sua influência (Khaldarova, 2021, p. 4). A narrativa torna-se estratégica quando é usada com o propósito de dar significado a uma realidade passada, presente e futura, visando moldar os comportamentos dos atores políticos quer a nível interno quer internacional (Miskimmon e O’Loughlin, 2017, p. 112). Ou seja, será estratégica sempre que integra os interesses e objetivos de quem a comunica, sugerindo o objetivo desejado e como este pode ser alcançado (Szostek, 2017, p. 575). Desta forma, a narrativa estratégica assenta em elementos identitários e materiais que garantem coerência discursiva, e uma identificação da audiência visada como parte da sua auto-legitimação. Além do mais, as narrativas estratégicas são uma componente central da atuação do Estado russo, ao moldarem a sua auto-conceção e definirem expectativas sobre o papel da Rússia no mundo e de como esta deve ser reconhecida (Miskimmon e O’Loughlin, 2017, p. 111). A ideia central é que narrativas robustas prevaleçam sobre contra-narrativas, reforcem legitimidade e consolidem poder. Esta leitura faz parte de um processo mais amplo denominado de “virada narrativa” (*narrative turn*) nas Relações Internacionais (Miskimmon e O’Loughlin, 2017, p. 5) que traz uma dimensão teórica Construtivista para a análise, implicando co-constituição dos processos e dinâmicas de interação que vão (re)ajustando visões e ações. Os olhares diferenciados sobre o modo como contamos uma determinada história e as suas implicações na forma como nos olhamos e como pretendemos que nos olhem, são relevantes para entendermos processos de ação e decisão, e como estes são influenciados por diferentes atores. O estudo de Miskimmon e O’Loughlin (2017, p. 1) traduz exatamente esta ideia de que através da estratégia narrativa os atores procuram criar um entendimento partilhado do mundo, de outros atores

políticos e de políticas. Assim, as narrativas estratégicas têm o potencial de moldar o comportamento doméstico e internacional através da estruturação do pensamento e da ação, definindo quem somos e que tipo de ordem pretendemos (Szostek, 2017, p. 575).

Freedman (2006, citado em Schmitt, 2018, p. 489) introduziu o conceito de narrativa estratégica nos estudos de segurança internacional para se referir a histórias que descrevem eventos de forma convincente, e que são estratégicas não só devido à sua importância, mas também porque resultaram da deliberação de determinados atores. Estes usam a narrativa para alcançarem objetivos políticos, apelando a emoções, metáforas ou analogias históricas. O mais importante é o apelo que podem ter junto de determinadas audiências, e o formato que dão a representações de determinados eventos ou processos políticos (Schmitt, 2018, p. 489). As narrativas estratégicas implicam o uso de mensagens positivas (constitutivas) e negativas (des-constitutivas ou subversivas) como parte de uma estratégia político-militar mais alargada e/ou de uma campanha tática específica (Tyushka, 2022, p. 119). Deste modo, podemos estar mesmo perante o que Tyushka (2022, p. 119) denominou de “narrativas armadas” (*weaponized narratives*), usadas em contextos de confrontação, traduzindo o contexto de guerra em ambiente de informação e contrainformação. Trata-se de uma estratégia de desinformação ou propaganda, que visa amplificar argumentos e legitimar ações. A guerra no Donbass e o conflito híbrido desde 2013-14 não é apenas um conflito entre a Rússia e a Ucrânia, mas sobrepõe-se a um conflito relativo à ordem de segurança económica e política europeia. Para este autor, trata-se de um conflito estilo-matrioska parecido às bonecas dentro das bonecas russas, i.e., um-conflito-dentro-de-um-conflito-dentro-de-um-conflito (Tyushka, 2022, p. 123).

Desta perspetiva, a invasão russa da Ucrânia significa mais do que uma guerra pelo controlo deste país, travada entre russos e ucranianos. Trata-se, tal como a narrativa o identifica, de um conflito armado que marca anos de relações difíceis da Rússia no espaço pós-soviético, onde a sua capacidade de influência foi sendo limitada em alguns casos, marca anos de relações difíceis com o Ocidente, em particular os EUA, mas também a UE e a OTAN, que a Rússia considera avançarem agendas que não se coadunam com os seus interesses nem respeitam as suas preocupações, e marca ainda anos de críticas a uma ordem de segurança europeia dominada por uma agenda neoliberal ocidental que não acautela os interesses da Rússia e a exclui do processo de decisão. Mas marca ainda uma política doméstica conservadora e autoritária, que visa preservar a continuidade do regime, para a qual a narrativa estratégica serve propósitos fundamentais de legitimação e contextualização discursiva e de decisões políticas. Do nível doméstico ao nível internacional as narrativas sobrepõem-se criando uma densidade discursiva em torno de temáticas e visões próprias que são refletidas nos discursos, nos documentos, e em última instância, nas políticas.

Isto significa que a narrativa estratégica atravessa os níveis sistêmico, nacional e local, e sublinha a relevância da dimensão doméstica na lógica de construção identitária e material que subjaz à atual situação na Ucrânia, bem como às leituras russas relativas ao espaço pós-Soviético. O caso da narrativa estratégica russa em relação a este espaço evidencia esta interconexão entre processos domésticos e dinâmicas internacionais de forma muito clara. Para o seu estudo seguimos as linhas de análise sugeridas no trabalho de Miskimmon e O'Loughlin (2017, p. 111), nomeadamente a existência de narrativas identitárias, sistêmicas e temáticas. Estas sugerem que estamos perante uma combinação de elementos centrados no sistema internacional, em questões identitárias, incluindo no nível nacional, e em assuntos no nível político, focando nos decisores e na forma como estes vão delinear a resposta a uma determinada questão, projetando os seus objetivos e interesses.

Para a Rússia, as narrativas estratégicas têm refletido e justificado a sua ação militar recente, incluindo na Ucrânia e na Síria (Oates e Steiner, 2018, p. 2). A OTAN é identificada em vários momentos como ‘inimiga’, e a narrativa do ‘Ocidente contra a Rússia’ tornou-se parte da justificação que procura legitimar as decisões russas. A expressão ‘Ocidente contra a Rússia’ torna-se, assim, uma narrativa poderosa (Oates e Steiner, 2018, p. 3). A narrativa estratégica é muito importante internamente na manutenção do regime, sendo que o alinhamento com a narrativa a nível nacional cria espaço de legitimação política. Além do mais, e como explica Szostek (2017), quando a Rússia acusa o Ocidente de hipocrisia, está a reforçar a sua identidade como grande potência, principalmente a dois níveis. Por um lado, ao justificar ações, como o envio de forças para países estrangeiros, com base em ações similares dos EUA (referências à intervenção no Iraque em 2003 são recorrentes), a Rússia está a agir como uma grande potência. O desafio que o Ocidente constitui transforma-se numa forma de demonstração de poder para a Rússia (Szostek, 2017, p. 589). Ao reproduzir o argumentativo ocidental, a Rússia procura reconhecimento e legitimação como parte do clube das grandes potências (Čanji e Kazharski, 2022). Por outro lado, a Rússia sublinha que age mesmo face a vozes de descontentamento no Ocidente, demonstrando o poder necessário para contestar a ordem ou regras definidas por outros, e das quais discorda (Szostek, 2017, p. 579). A narrativa estratégica permite assim contextualizar, informar e legitimar decisões políticas, com base no que é o entendimento do interesse nacional e das questões de segurança, em particular. Isto torna-se muito evidente nos documentos oficiais russos e nos discursos que informam a construção das narrativas estratégicas na Rússia.

### **Narrativa Sistêmica: uma Ordem Policêntrica**

A narrativa estratégica russa de reconhecimento de prestígio e estatuto numa ordem policêntrica ou multipolar é consistente desde que Vladimir Putin chega ao

poder em 2000. No entanto os princípios normativos que informam a narrativa russa, incluindo os princípios de respeito pela integridade territorial dos Estados e não interferência nos assuntos internos, vão acabar por se revelar mais como arenas de contestação do que de convergência (Miskimmon e O’Loughlin, 2017, p. 111). Os vários documentos oficiais sublinham um sistema multipolar de relações internacionais que reflita a diversidade de interesses e atores no sistema internacional. A ideia de que o sistema internacional está em mudança, de que a hegemonia ocidental cria injustiças e assimetrias, e de que o contexto é de “crescentes tensões geopolíticas” (NSS, 2021), marca a narrativa nos anos mais recentes. O problema da liderança moral do sistema internacional é fundamental (NSS, 2021), aliado ao papel da Rússia na construção da ordem multipolar sublinhando responsabilidade e autonomia nas decisões (NSS, 2015; Military Doctrine, 2014), bem como a sua capacidade de influência na ordem internacional (FPC, 2016), “um dos maiores países do mundo, com uma história de séculos e tradições culturais ricas” (FPC, 2000). A pertença ao G8 é referida em sucessivos documentos e discursos ao longo dos anos, como demonstrando pertença ao clube dos grandes no sistema internacional, sendo que após os acontecimentos de 2014 na Ucrânia o grupo regressa ao formato G7.

Deste modo, a Rússia posiciona-se como “potência mundial líder (...) num mundo policêntrico” (NSS, 2015). A narrativa do policentrismo ou multipolaridade tem sido reafirmada, sendo que no discurso no Fórum Económico de São Petersburgo em 2022, com o tema “Novas Oportunidades num Novo Mundo”, Putin deixou claro que após 24 de fevereiro de 2022 uma nova ordem internacional emergiu, onde os mais poderosos ditarão as regras, ou ficarão “condenados a tornar-se ou permanecer colónias sem direitos”, sendo a Rússia descrita como entrando nesta nova era como uma “nação soberana poderosa” (Putin, 2022a). A narrativa estratégica de uma ordem policêntrica, que se tornou mais evidenciada após a guerra dos cinco dias na Geórgia, ganha agora um contorno diferenciado, com um posicionamento russo numa lógica competitiva e de sobrevivência, sublinhando a questão da segurança ontológica, tão cara ao regime. De facto, se recuarmos no tempo a 2007, no discurso de Putin na Conferência de Segurança de Munique, vemos a crítica à unipolaridade em dois sentidos. Por um lado, na crítica aos EUA como potência hegemónica que prossegue uma agenda unipolar, e por outro, como crítica aos Estados europeus e aliados dos EUA como Estados subalternos (Schmitt, 2018, p. 496).

Na narrativa do policentrismo, a Rússia foi-se posicionando como um ator que age dentro dos contornos do direito internacional, que segue princípios democráticos, e que visa cooperação internacional com Estados que partilhem vontades e preocupações na resposta aos desafios internacionais, salientando o espaço pós-soviético como área geográfica preeminente para a sua atuação. Parte da contra-narrativa

que vai ganhando forma de crítica ao Ocidente, refere ações de ingerência externa contrárias aos interesses russos, desafios ao princípio da igualdade soberana dos Estados através do uso de normas como a “responsabilidade de proteger” que é entendida de forma cínica pela Rússia como “criativa” para justificar violações do direito internacional (FPC, 2008), recusa na implementação de um novo quadro comum para a segurança europeia e desrespeito pelo princípio da “indivisibilidade” da segurança, além das constantes referências ao alargamento da Aliança Atlântica como parte de um processo de “expansão geopolítica” que ameaça a Rússia (FPC, 2016). As interferências ocidentais são entendidas como visando desestabilizar o espaço pós-soviético e “destruir” as ligações da Rússia com os seus aliados tradicionais (NSS, 2021).

Uma dimensão importante da narrativa estratégica russa que ajuda a compreender esta leitura do Ocidente como “ameaça” é o discurso da “contenção” da Rússia, de modo a que o Ocidente mantenha o seu posicionamento privilegiado no sistema internacional (NSS, 2015). Esta ideia tem sido enquadrada na crítica ao recurso a uma “história seletiva” pelo Ocidente, em particular relativamente à Segunda Guerra Mundial e ao período pós-guerra (FPC, 2008), o que é muito relevante quando olhamos a narrativa estratégica de luta contra o fascismo e movimentos de extrema direita que tem prevalecido no contexto atual justificativo da guerra na Ucrânia, como analisaremos mais adiante. A OTAN surge neste contexto como um instrumento ao serviço da política de contenção, com as suas bases militares e presença de forças em torno das fronteiras russas a permitirem uma leitura de “cerco” ou de limitação às capacidades russas, e refletindo a militarização das “regiões adjacentes à Rússia” (NSS, 2015). O alargamento da OTAN como ameaça externa é uma narrativa que vem dos primeiros anos após o final da União Soviética, com o então Presidente Ieltsin a referir “Ouvimos explicações de que isto é alegadamente a expansão da estabilidade, face à possibilidade de haver desenvolvimentos indesejáveis na Rússia. Se o objetivo é trazer a OTAN até às fronteiras da Rússia, deixem-me dizer uma coisa: é muito cedo para enterrar uma Rússia democrática” (citado em Kempster e Murphy, 1994). Esta é uma velha questão na agenda de dissensão. A possibilidade da Ucrânia vir a pertencer à Aliança Atlântica, é assim, também entendida como uma ameaça à segurança nacional russa. No artigo que Vladimir Putin assina em julho de 2021 (Putin, 2021), fica claro que na sua grande estratégia para o espaço pós-soviético a Ucrânia é uma peça fundamental. As exigências russas de finais de 2021 que incluíam retirar a presença militar da OTAN dos países que passaram a integrar a Aliança após 1997, e inverter a sua política de “porta aberta”, demonstram o curso revisionista, parte da narrativa sistémica que procura legitimar as opções de política externa em relação à Ucrânia.

Complementar a esta narrativa crítica da hegemonia ocidental, e particularmente do papel dos EUA no sistema internacional, temos a narrativa de declínio ocidental

e dos novos centros de poder. Por um lado, o sublinhar da decadência ocidental, em termos dos seus valores – narrativa civilizacional russa –, e por outro lado a decadência política e económica face à alteração de poderes em favor da Ásia-Pacífico (FPC, 2016; FPC, 2013). No modelo de Tyushka (2022, p. 119) trata-se de uma narrativa negativa, de afirmação do prestígio e capacidades russas por contraposição ao Ocidente, onde o espaço pós-soviético mantém um papel securitário central na agenda russa. O caráter único da Rússia e do seu lugar na ordem policêntrica é também afirmado nesta dimensão, que cruza com a narrativa identitária analisada a seguir.

### **Narrativa Identitária: o “Outro” no Discurso e nas Ações**

A Ucrânia foi sempre definida na narrativa estratégica russa como “irmã”, traduzindo a ideia de fraternidade subjacente à construção do referencial eslavo, e da união dos povos. O regime soviético usava a ideia de fraternidade, as “nações irmãs”, exatamente como forma de promover um patriotismo partilhado que permitisse ultrapassar os diferenciais entre as várias identidades nacionais (Kuzio 2015, citado em Khaldarova, 2021, p. 4). Também neste contexto, o conceito de *Ruskiy Mir* (Mundo Russo) promoveu ideias de união entre os povos no espaço pós-soviético, permitindo mesmo o desenvolvimento de uma agenda intervencionista, e promovendo uma leitura alargada das diásporas russas com todos aqueles que se identificam com a cultura, tradições, língua, religião e outros, além-fronteiras da Federação Russa – uma comunidade imaginada (Feklyunina, 2016, p. 781) alargada. A Rússia assume-se, nesta linha, como continuidade da tradição, história e memória eslava. A ideia do Mundo Russo acaba por implicar um certo dualismo, como argumenta Feklyunina (2016, p. 784) ao construir, por um lado, uma relação hierárquica entre a Rússia e outros membros da comunidade, a visão do espaço civilizacional multinacional, onde a Rússia é uma parte, e por outro lado, ao oferecer uma visão onde a Rússia está no centro, o Mundo Russo.

Apesar do entendimento desta centralidade russa no espaço pós-soviético, a narrativa estratégica vai-se alterar com a revolução laranja na Ucrânia em 2004/2005, quando Moscovo entende que o projeto de democratização promovido pela UE e EUA está em curso, e está a ter efeitos indesejados para a Rússia. Apesar da contínua afirmação dos valores da democracia na sua narrativa estratégica, o entendimento desta é diferenciado. Na Rússia, a democracia é entendida como partilha de princípios universais, como no quadro das Nações Unidas, contudo de forma mais específica traduz-se no poder do povo russo derivado das suas tradições de governação, e não no cumprimento de standards impostos de fora, sublinhando oposição a tentativas de domínio de algum país (Putin, 2008 e 2012). Mas a narrativa estraté-

gica vai para além desta combinação valorativa e de ordenamento do sistema internacional, como se torna muito visível na alteração profunda que decorre dos acontecimentos de 2014 na Ucrânia, com uma mudança fundamental da ideia de fraternidade para uma ideia de rivalidade, de traição (Khaldarova, 2021, p. 16). Esta alteração vai estar presente em vários documentos, com o artigo de Putin no verão de 2021 a tornar-se simbólico desta mudança. Nesse texto (Putin, 2021) a Ucrânia é identificada enquanto “país irmão” e por isso mesmo não lhe devendo ser reconhecido o estatuto de soberania. Aí, o presidente russo argumenta que houve uma mudança forçada de identidade, que implica que os russos na Ucrânia sejam forçados a negar as suas raízes, face a um curso de assimilação imposto que visa a constituição de um Estado ucraniano etnicamente puro, agressivo contra a Rússia. A narrativa identitária que foi sendo construída ao longo do tempo vai refletir uma inversão na lógica da fraternidade para uma lógica de rivalidade, procurando legitimar o curso agressivo russo na apropriação do Estado por forças de extrema-direita, retomando o discurso associado à Guerra Patriótica e à vitória das forças soviéticas sobre o nazismo.

Os media vão também ser um ator muito relevante neste contexto de difusão das narrativas, promovendo uma narrativa de “desumanização da Ucrânia” (Khaldarova, 2021, p. 5) como um “outro” diferente – a “narrativa armada” a que se refere Tyushka (2022, p. 119). Da “nação irmã” ao “outro ameaça” a forma de retratar as forças do *Maidan* assume contornos de “irracionalidade” na narrativa russa (Claessen, 2021, p. 2). Esta construção do “outro” traça a aproximação ucraniana do Ocidente como uma ameaça existencial à Rússia, além de informar os desenvolvimentos políticos na Ucrânia no quadro do regresso da ameaça nazi, do fascismo, recuando ao passado na referência à Grande Guerra Patriótica, e à vitória sobre as forças de Hitler na Segunda Grande Guerra. A narrativa estratégica russa vai sublinhar de forma consistente as ameaças à sobrevivência do Estado, e por isso à segurança ontológica russa, procurando assim legitimar a invasão da Ucrânia.

A construção do “outro” com base na narrativa fascista tornou-se ilustrativa da necessidade de mobilização de apoio das regiões ucranianas pró-russas e dentro da Rússia, e tornou-se mais evidente nos media. O uso do termo “fascistas” após os confrontos em Odessa em maio de 2014 que fizeram quase 50 mortos, generalizou-se (Khaldarova, 2021, p. 14; BBC News, 2014). Termos desumanizados como “monstros” começaram também a ser usados nos media em relação aos ucranianos. Desta forma tentou-se legitimar um discurso anti-russo assente em ideais de genocídio promovido pelos grupos fascistas que tomaram o poder. Estes grupos foram representados como violentos, igualizando o *Maidan* a fascismo e justificando assim uma intervenção russa mais musculada, com o envio de forças para o Donbass e a anexação da Crimeia. A Estratégia de Segurança Nacional russa de 2015 é muito crítica das ações do Ocidente na Ucrânia, acusado de promover um golpe de estado

anticonstitucional, e de apoiar grupos nacionalistas de extrema direita, que promovem a imagem da Rússia como inimigo, e transformaram a Ucrânia num foco de instabilidade crónica na Europa e na vizinhança da Rússia (NSS, 2015). Quando chegamos a fevereiro de 2022, a imagem do fascismo como violento e ameaçador aos russos e à Rússia estava já bem presente nos media e na narrativa estratégica. O “outro” definido enquanto fascista torna-se uma mensagem rápida de apreender nesta lógica de insegurança existencial legitimadora das ações russas. A narrativa da aproximação da Ucrânia ao Ocidente foi rapidamente substituída estrategicamente por uma narrativa de identificação da Ucrânia com o fascismo, o mal último para a Ucrânia (Khaldarova, 2021, p. 5).

Glazyev (citado em Tyushka, 2022, p. 131) introduziu na narrativa russa as ideias de euro-fascismo e euro-ocupação para sinalizar as ditas tentativas de alteração de regime na Ucrânia e noutros contextos do espaço pós-soviético. A narrativa do fascismo tem servido os propósitos de legitimação de políticas agressivas russas de proteção das suas minorias no estrangeiro, e tem sido associada à ideia de que o Ocidente vai excluir e marginalizar a Rússia sempre (Oates e Steiner, 2018, p. 3), cruzando elementos identitários e sistémicos, e domésticos e internacionais. No discurso de início da invasão (Putin, 2022b), Putin enquadra a decisão na urgência de conter movimentos opressivos e contrários aos interesses russos, implicando a desnazificação e desmilitarização da Ucrânia. Toda a narrativa enquadradora era já bem conhecida da sociedade russa, tornando mais fácil internamente legitimar a decisão de invadir. As referências nos discursos anuais do presidente russo à Grande Guerra Patriótica são aqui ilustração evidente (por exemplo, Putin, 2005; 2014; 2020).

### **Narrativas de Inclusão/Exclusão: o Lugar da Rússia na Ordem de Segurança Europeia**

A narrativa da inclusão/exclusão da ordem de segurança europeia tornou-se cedo uma narrativa dominante, com a Rússia a criticar os alinhamentos e a arquitetura de segurança que se desenhou após o final da Guerra Fria como excludente. Desde os anos 1990 a questão da exclusão aparece em documentos oficiais, construindo uma narrativa que apresenta o Ocidente como um “outro” diferenciado que não tem em atenção os legítimos interesses da Rússia, e mais ainda, que desenvolve os seus projetos de segurança por oposição à Rússia, referenciando claramente a OTAN. Esta narrativa atravessa as dinâmicas domésticas e internacionais e cruza com as narrativas estratégicas sistémica e identitária, reforçando as mesmas. Em vários documentos oficiais é referido que a Rússia se mantém disponível para colaborar na segurança euro-atlântica mas que a OTAN terá de se mostrar disponível

para acolher as preocupações russas e assegurando condições de parceria em igualdade (NSS, 2015; FPC, 2008).

Claramente, o contexto pós-2014 denota uma alteração na narrativa estratégica russa sublinhando a dinâmica de exclusão e confrontação que o Ocidente vem dirigindo contra a Rússia. De acordo com Lavrov, o alargamento da OTAN “provoca instabilidade no espaço pós-soviético e encoraja sentimentos anti-russos” (Lavrov, 2017, citado em Rotaru, 2019, p. 32), ligando proximamente a narrativa de exclusão à narrativa da construção do “outro” como inimigo, e à recuperação de imagens de Guerra Fria. Aliás, a narrativa do retorno da insegurança e desconfiança à Guerra Fria traz ganhos face à descrição das ações ocidentais como hostis, e é facilmente instrumentalizável no contexto ucraniano. As ações do Kremlin são enquadradas como resposta a estas ameaças externas.

Num quadro revisionista de contestação à ordem de segurança europeia, a Rússia avançou com visões alternativas para o reordenamento desta, como por exemplo na Estratégia de Médio Prazo para o Desenvolvimento das Relações com a União Europeia de 1999, ou posteriormente na Proposta do Tratado de Segurança Europeia apresentada pelo então presidente Dmitry Medvedev em 2008 (European Security Treaty, 2009). Nestas propostas fica sublinhada a importância de manter os princípios da segurança cooperativa tal como redigido em 1975 na Ata Final de Helsínquia, embora reconhecendo os limites da OSCE e da necessidade de apresentar algo novo. A proposta pretendia na sua essência renovar velhos princípios e trazer a Rússia de volta à discussão e à tomada de decisões relativas à segurança europeia (Freire e Simão, 2019).

O investimento da Rússia na materialização de um novo regime de segurança europeia mais inclusivo foi introduzido na narrativa como parte de um ganho maior. A Rússia teria voz, voto e veto, e este novo regime basear-se-ia em princípios partilhados de soberania e respeito pela integridade territorial dos Estados, como normas centrais que vinculam as partes ao quadro comum proposto (Karaganov e Suslov, 2018). No entanto, não foi possível encontrar um equilíbrio entre o ordenamento contestado e as novas propostas russas para a sua reformulação. O conflito na Ucrânia desde 2014, agravado pela invasão territorial do país, e a já anterior anexação da Crimeia, questionaram os próprios fundamentos do regime de segurança que a Rússia foi promovendo, face à violação dos princípios de base que estavam no centro dessa mesma ordem de segurança. O resultado final não foi apenas a imposição de sanções, mas também uma dinâmica contrária relativamente à potencial inclusão da Rússia no sistema de segurança europeia, acompanhada do reforço da presença de forças da Aliança Atlântica no flanco leste, e de uma maior coordenação e união transatlântica e no quadro da Europa ocidental. A situação de guerra na Ucrânia representa uma mudança definitiva em relação à posição da Rússia na ordem de segurança europeia, distanciando Moscovo das normas

acordadas e dos princípios partilhados, inclusive o regime de fronteiras. No dia 24 de fevereiro de 2022, Putin retirou toda e qualquer legitimidade aos seus argumentos de exclusão da ordem de segurança europeia, tornando-se a sua maior ameaça (Freire, 2022). Como Sarotte (2022) escrevia recentemente, Putin ensaiou o requiem para o espaço pós-soviético.

## Conclusão

O artigo analisou a narrativa estratégica russa, e a forma como esta contextualiza a questão ucraniana, desenvolvendo o argumento em torno de três narrativas principais: a narrativa sistêmica associada ao policentrismo e o Ocidente como referencial externo para a auto-representação russa do seu papel no sistema internacional (Claessen, 2021, p. 3); a narrativa identitária e a forma como a construção discursiva do “outro” tem lugar, com uma alteração discursiva onde a distinção e caráter único da identidade civilizacional russa se vai destacar, a par da superioridade normativa em relação ao Ocidente decadente e a responsabilidade especial que a Rússia tem pela manutenção de estabilidade no espaço pós-soviético (Feklyunina, 2016, p. 783), bem como o tradicionalismo e conservadorismo russos, como visíveis no discurso civilizacional, sublinham a “necessidade crescente de proteger os valores morais e espirituais tradicionais” (NSS, 2021). A Ucrânia é aqui enquadrada como desviante na sua aproximação ao Ocidente, e no regime em vigor em Kiev. A narrativa dos “compatriotas” contrapõe-se à narrativa dos “extremistas”. E por fim, a narrativa de inclusão/exclusão, em referência ao lugar da Rússia na ordem de segurança europeia, onde esta se foi auto-identificando como excluída, contestando a ordem através de políticas revisionistas, que na Ucrânia se traduzem num revisionismo militarizado.

Thomas Diez (2004, p. 331) argumenta que a “geopolitização do outro” (*geopolitical othering*) tem a ver com as dinâmicas de identidade, política e geografia que estão intimamente ligadas às práticas de caracterização do “outro”, mostrando o modo como estas linhas de análise se interligam nas dimensões identitária e sistêmica, e nos níveis doméstico e internacional. O processo de construção da narrativa estratégica russa em relação ao espaço pós-soviético consolida esta área como parte da sua segurança nacional, entendida de uma perspetiva de segurança ontológica, onde a Ucrânia é um elemento central e as ingerências ocidentais são consideradas ameaça existencial. O exercício de regresso a uma narrativa de confrontação, na identificação do “outro” como o “inimigo”, nas referências às divisões que marcaram a Guerra Fria, e nas “linhas vermelhas” que firmam a dissensão, em particular após os acontecimentos de 2014, é assim informado por narrativas estratégicas, que de forma consistente procuram justificar e legitimar a invasão russa da Ucrânia.

### Referências bibliográficas

- Averre, D. (2009). Competing Rationalities: Russia, the EU and the 'Shared Neighbourhood'. *Europe-Asia Studies*, 61(10), pp. 1689-1713.
- BBC News (2014). Ukraine crisis: Tense divide in scarred Odessa. *BBC News*, 23 de maio, <https://www.bbc.com/news/world-europe-27517398>
- Čanji, D. e Kazharski, A. (2022). When the 'subaltern empire' speaks. On recognition, Eurasian integration, and the Russo-Georgian war, *Eurasian Geography and Economics*. *Eurasian Geography and Economics*. DOI: 10.1080/15387216.2022.2040375.
- Claessen, E. (2021). The making of a narrative: The use of geopolitical othering in Russian strategic narratives during the Ukraine crisis. *Media, War & Conflict*, July, <https://doi.org/10.1177/17506352211029529>
- Diez, T. (2004). Europe's others and the return of geopolitics. *Cambridge Review of International Affairs*, 17(2), pp. 319-335.
- European Security Treaty (2009). The draft of the European Security Treaty. The Kremlin, Moscow, 29 de novembro, <http://en.kremlin.ru/events/president/news/6152>
- Feklyunina, V. (2016). Soft power and identity: Russia, Ukraine and the 'Russian world(s)'. *European Journal of International Relations*, 22(4), pp. 773-796.
- FPC (2020). The Foreign Policy Concept of the Russian Federation. Approved by the President of the Russian Federation Vladimir Putin, 28 de junho, <https://nuke.fas.org/guide/russia/doctrine/econcept.htm>
- FPC (2016). The Foreign Policy Concept of the Russian Federation. Approved by President of the Russian Federation Vladimir Putin, 30 de novembro, [https://www.rusemb.org.uk/rp\\_insight/](https://www.rusemb.org.uk/rp_insight/)
- FPC (2013). The Foreign Policy Concept of the Russian Federation. Approved by President of the Russian Federation Vladimir Putin, 12 de fevereiro, <https://www.rusemb.org.uk/in1/>
- FPC (2008). The Foreign Policy Concept of the Russian Federation. Approved by Dmitry A. Medvedev, President of the Russian Federation, 12 de julho, The Kremlin, Moscow.
- Freire, M. R. (2022). A 'grande estratégia' da Rússia de Putin. *IDN Brief: A Guerra na Ucrânia*, 18 de março, pp. 12-13. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, [https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2022/IDN\\_brief\\_mar%C3%A7o\\_2022.pdf](https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2022/IDN_brief_mar%C3%A7o_2022.pdf)
- Freire, M. R. (2020). EU and Russia competing projects in the neighbourhood: an ontological security approach. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 63(1), <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/JcT5x3BTDHVHpTqKCCdNrnf/?format=pdf&lang=en>
- Freire, M. R. (2018). The quest for status: how the interplay of power, ideas, and regime security shapes Russia's policy in the post-Soviet space. *International Politics*, 56, pp. 795-809.
-

- Freire, M. R. e Simão, L. (2019). Security Challenges in Russia-European Union Relations". In R. E. Kanet (ed.), *Routledge Handbook of Russian Security* (pp. 31-52). Oxon e Nova Iorque: Routledge.
- Kempster, N. e Murphy, D. E. (1994). Broader NATO May Bring 'Cold Peace,' Yeltsin Warns: Europe: Russian president accuses U.S. of being power hungry. Speech comes as nations finalize nuclear treaty. *Los Angeles Times*, 6 de dezembro, <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1994-12-06-mn-5629-story.html>
- Khaldarova, I. (2021). Brother or 'Other'? Transformation of strategic narratives in Russian television news during the Ukrainian crisis. *Media, War & Conflict*, 14(1), pp. 3-20.
- Kropatcheva, E. (2012). Russia and the role of the OSCE in European security: a 'Forum' for dialog or a 'Battlefield' of interests? *European Security*, 21(3), pp. 370-394.
- Memorandum (1994). Memorandum on Security Assurances in Connection with Ukraine's Accession to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons, Budapest, 5 de dezembro, <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%203007/Part/volume-3007-I-52241.pdf>
- Military Doctrine (2014). The Military Doctrine of the Russian Federation. Approved by the President of the Russian Federation, 25 de dezembro, <https://rusemb.org.uk/press/2029>
- Military Doctrine (2010). The Military Doctrine of the Russian Federation. Approved by Russian Federation Presidential Edict, 5 de fevereiro, The Kremlin, Moscovo.
- Miskimmon, A. e O'Loughlin, B. (2017). Russia's Narratives of Global Order: Great Power Legacies in a Polycentric World. *Politics and Governance*, 5(3), pp. 111-120.
- NSS (2021). Russian National Security Strategy, On the National Security Strategy of the Russian Federation, 2 de julho, The Kremlin, Moscovo.
- NSS (2015). Text of 31 December Russian Federation Presidential Edict 683 approving appended text of "The Russian Federation's National Security Strategy", 31 de dezembro, <https://www.russiamatters.org/node/21421>
- Oates, S. e Steiner, S. (2018). Projecting Power: Understanding Russian Strategic Narrative. *Russian Analytical Digest*, 229, 17 de dezembro.
- Putin, V. (2022a). St Petersburg International Economic Forum Plenary session Putin's Address, 17 de junho, The Kremlin, Moscovo, <http://en.kremlin.ru/events/president/news/68669>
- Putin, V. (2022b). Address by the President of the Russian Federation, 24 de fevereiro, The Kremlin, Moscovo, <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67843>
- Putin, V. (2022c). Address by the President of the Russian Federation, 21 de fevereiro, The Kremlin, Moscovo, <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67828>
- Putin, V. (2021) Article by Vladimir Putin "On the Historical Unity of Russians and Ukrainians", The Kremlin, Moscovo, 12 de julho, <http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181>

- Putin, V. (2020). PATH TO POWER: A political profile; Putin Steering to Reform, but with Soviet Discipline. *The New York Times*, 20 de fevereiro, <https://www.nytimes.com/2000/02/20/world/path-power-political-profile-putin-steering-reform-but-with-soviet-discipline.html>
- Putin, V. (2018). Presidential Address to the Federal Assembly, 1 de março, The Kremlin, Moscovo, <http://en.kremlin.ru/events/president/news/56957>
- Putin, V. (2005). Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation, 25 de abril, The Kremlin, Moscovo, [en.kremlin.ru/events/president/transcripts/22931](http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/22931).
- Reuters (2018). Putin, before vote, says he'd reverse Soviet collapse if he could: agencies, 2 de março, <https://www.reuters.com/article/us-russia-election-putin-idUSKCN1GE2TF>
- Roberts, S. P. e Moshes, A. (2016). The Eurasian Economic Union: a case of reproductive integration? *Post-Soviet Affairs*, 32(6), pp. 542-565.
- Roselle, L., Miskimmon, A. e O'Loughlin, B. (2014). Strategic narrative: A new means to understand soft power. *Media, War & Conflict*, 7(1), pp. 70-84.
- Rotaru, V. (2019). Instrumentalizing the recent past? The new Cold War narrative in Russian public space after 2014. *Post-Soviet Affairs*, 35(1), pp. 25-40.
- Sakwa, R. (2012). Looking for a greater Europe: From mutual dependence to an international regime. *Communist and Post-Communist Studies*, 45(3/4), pp. 315-325.
- Sarotte, M. E. (2022). Russia, Ukraine and the 30-year quest for a post-Soviet order. *Financial Times*, 25 de fevereiro, <https://www.ft.com/content/742f15fc-675a-4622-b022-cbec444651cf>.
- Schmitt, O. (2018). When are strategic narratives effective? The shaping of political discourse through the interaction between political myths and strategic narratives. *Contemporary Security Policy*, 39(4), pp. 487-511.
- Szostek, J. (2017). Defence and Promotion of Desired State Identity in Russia's Strategic Narrative. *Geopolitics*, 22(3), pp. 571-593.
- Tyushka, A. (2022). Weaponizing narrative: Russia contesting Europe's liberal identity, power and hegemony. *Journal of Contemporary European Studies*, 30(1), pp. 115-135.
- Van Noort, C. (2017). Study of Strategic Narratives: The Case of BRICS. *Politics and Governance*, 5(3), pp. 121-129.

